

# ESCOLA PRIMÁRIA PÚBLICA E DEMOCRACIA: concepções e desafios no pensamento educacional de Anísio Teixeira

Luiza Angélica Paschoeto Guimarães<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar o pensamento educacional de Anísio Teixeira a respeito da escola primária pública (atualmente denominada "séries iniciais do ensino fundamental") como instituição que deve oportunizar a prática democrática de professores e educandos. Trata-se de pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, utilizando-se das concepções do educador, registradas em sua produção intelectual. Verificou-se que o pensamento educacional de Anísio Teixeira encontra reflexos nos dias atuais, principalmente quando evidencia a necessidade de concentração de esforços na efetivação do ideal democrático, a partir da formação de atitudes fundamentais em todos os membros da comunidade escolar.

**Palavras-chave:** Escola primária pública. Democracia. Anísio Teixeira.

## PUBLIC PRIMARY SCHOOL AND DEMOCRACY: concepts and challenges in educational thought of Anísio Teixeira

## Abstract

The current study has as goal analysing Anísio Teixeira's educational thought related to Public Primary School (presently called "beginning grades of fundamental school") as an institution that should give opportunity to democratic practice of teachers and student. It's a bibliographic research, of qualitative feature, using the educator's conceptions, registered in his intellectual production. It was observed that Anísio Teixeira's educational thought finds reflections nowadays, mainly when it shows needing of effort concentration in the democratic ideal efectivation from fundamental attitude formation in every member of the school comunit.

**Keywords:** Public Primary School. Democracy. Anísio Teixeira.

## Introdução

Este estudo é resultado de parte da pesquisa desenvolvida em nível de Mestrado que investigou as concepções de Anísio Teixeira a respeito da escola primária pública e as contribuições desse educador para a formação de professores que atuam nesse nível de ensino.

Examinar o pensamento educacional de Anísio Teixeira é tarefa fundamental, sobretudo pelas políticas que procurou implantar nos cargos públicos que exerceu, além de ter participado intensamente dos embates teóricos e políticos de sua época. Defendeu a educação como um direito, a escola pública e gratuita em todos os graus e o emprego de recursos da ciência e da tecnologia na melhoria do ensino e na ampliação das oportunidades escolares. Suas idéias deixaram marcas no contexto educacional brasileiro, contribuindo para a formação do pensamento de sua geração e das seguintes, com reflexos também nos dias atuais.

---

Recebido em: Abril de 2008.

Aceito em: Julho de 2008.

<sup>1</sup> Mestranda em Educação – Universidade Católica de Petrópolis/RJ. E-mail: luiza.paschoeto@oi.com.br

Ciente dos problemas de seu tempo e com inteligência privilegiada, preocupou-se com a construção de um projeto voltado para o povo brasileiro e com o desenvolvimento do país, acreditando na eficácia do método científico e na técnica, mas empenhado também, no desenvolvimento social que viria, a seu ver, pela democracia e por uma educação de qualidade, quando fosse universalizada.

O que se pretende neste estudo, portanto, é apresentar um recorte das idéias desse educador sobre os conceitos relativos à escola primária pública e à democracia, objetivando analisar seu pensamento a respeito da função social dessa etapa da educação escolar básica, como instituição que deve oportunizar a prática democrática de professores e educandos, tendo em vista um progressivo bem-estar e uma organização social mais justa.

### **Função da escola em uma sociedade democrática**

Segundo Anísio Teixeira (2006), a civilização moderna alcançou o desenvolvimento material quando o homem lançou mão dos conhecimentos científicos e técnicos para construir e reconstruir o meio que o cerca. O avanço das ciências exatas, físicas e biológicas ampliou as conquistas humanas, levou as civilizações ao progresso material, mas também transformou as sociedades em seus aspectos econômicos, sociais, morais e políticos, sem qualquer controle do método científico.

As sociedades modernas procuraram diferentes modos de organização social que visavam promover oportunidades iguais para todos os seres humanos para que pudessem se desenvolver conforme suas aptidões individuais em um contexto social justo. No entanto, os avanços gerados pelas ciências, ao mesmo tempo em que produziam progresso, deterioravam os valores morais e éticos (TEIXEIRA, 2006).

Nessa ordem de idéias, o método e as experimentações científicas determinaram a evolução das sociedades modernas, desenvolvendo técnicas e produzindo instrumentos que alargaram o poder humano, tornando possível a exploração dos recursos naturais do planeta através da industrialização. Se por um lado o uso da máquina facilitou os transportes e as comunicações, integrando o mundo pela matéria-prima, criando a interdependência entre povos e nações, por outro, a indústria também favoreceu a difusão e a integração de idéias e propostas. A partir dessa reflexão, ressalta Anísio:

Uma transformação, que se iniciou em fins do século XVIII, na Grã-Bretanha e nos Países Baixos, de métodos de produção, vem criando, em todo o mundo, uma nova sociedade e uma nova civilização, a sociedade e a civilização industrial de nossos dias. (TEIXEIRA, 2006, p. 223).

Essa transformação causada pela industrialização, aos poucos, modificou homens, famílias, comunidades, assim como toda a ordem social e planetária. Por essa razão, Anísio acreditava no preparo do jovem como membro responsável e inteligente dessa grande sociedade que estava a se construir: uma unidade planetária refletida na mentalidade do homem moderno, que necessita “[...] pensar em termos muito mais largos do que o seu esplêndido isolamento local ou nacional de outros tempos” (TEIXEIRA, 2000, p. 33).

Essa nova ordem social, baseada no método científico e adaptada aos meios de trabalho industrial criados pela ciência, se projeta na elaboração de uma também nova teoria política, capaz de direcionar os indivíduos e a sociedade para a construção de valores mais humanos. Para Anísio, essa teoria política é a democracia.

Na democracia a condução da sociedade depende da forma como cada um partilha com o outro (enquanto iguais) os benefícios gerados por ela, apesar das perspectivas históricas pessoais e das diferenças individuais (TEIXEIRA, 2006). Entretanto, o que caracteriza a democracia é o modo como os sujeitos expressam livremente seus valores e se sentem no dever de respeitar os valores dos outros (TEIXEIRA, 2000).

A partir dessa reflexão, pode-se inferir que para esse pensador, democracia seria expressão de vida, uma vez que é pelo pensamento livre que se processa a revisão e a mudança necessárias no contexto social, fazendo com que os grupos humanos se entrelacem com respeito e interesses mútuos. É o sentido democrático da sociedade (como modo de vida), que garante a cada pessoa e a todos os meios para o desenvolvimento pessoal e coletivo necessários à manutenção da vida em comunidade. Nas concepções de John Dewey, Anísio encontra a melhor maneira de fundamentar seu pensamento:

Uma sociedade que consagre a participação em seus benefícios de todos os membros em termos iguais e que assegure o flexível reajustamento de suas instituições pela interação das diferentes formas de vida associada é, nessa medida, democrática. (DEWEY apud TEIXEIRA, 2006, p. 258).

A não participação dos indivíduos nas soluções dos problemas da sociedade significa que nela não há democracia. Por essa razão, a educação oferecida pela escola deve oportunizar a prática democrática, considerando a democracia como regime social em que cada indivíduo é respeitado em sua singularidade e conta como uma pessoa. Na escola, a democracia deve existir para o professor e para o estudante, de maneira que ambos possam dar direção às próprias vidas, com responsabilidade e ética, para que possam viver com os outros, sem perder suas próprias identidades (TEIXEIRA, 2000).

A escola deve ter o propósito de colocar em processo o ideal democrático, procurando formar atitudes fundamentais em professores, alunos e administradores. Neste sentido, assinala Anísio:

A escola é uma comunidade com seus membros, seus interesses, seu governo. Se esse governo não for um modelo de governo democrático, está claro que a escola não formará para a democracia. Diretores, professores e alunos devem organizar-se de forma a que todos participem da tarefa de governo, com a divisão de trabalho que se revelar mais recomendável. A participação de todos, o sentimento de interesse comum é essencial ao feliz desempenho da missão educativa da escola. (TEIXEIRA, 2006, p. 258).

Com base nesses conceitos, pode-se deduzir que a escola é o lugar em que a criança deve viver plenamente a democracia, pois só assim é que ela ganha hábitos morais e sociais necessários à convivência coletiva. Em função disso, a educação oferecida pela escola deve ser organizada para a vida social, pois se constitui condição primeira para sua realização. Neste sentido, urge organizar um ambiente dinâmico e flexível, totalmente voltado para a formação do homem democrático, de modo a evitar a continuidade e o aprofundamento das desigualdades sociais. O educador ressalta que “[...] não é qualquer educação que produz democracia, mas, somente, insisto, aquela que for intencional e lucidamente planejada para produzir esse regime político e social” (TEIXEIRA, 2006, p. 255).

Cabe à sociedade, oferecer ao indivíduo as condições e os meios indispensáveis ao desenvolvimento de suas capacidades, a fim de torná-lo apto à participação na vida social e na construção, com igualdade, da sua dignidade como ser humano. A igualdade de oportunidades se efetiva mediante o direito à educação, ordenado

de forma a que todos possam participar e continuar usufruindo desse direito até os níveis mais elevados do ensino (TEIXEIRA, 2004).

A educação deve tornar-se um direito de todos e não um privilégio de poucos, porque é a formação de cada um (e de todos) que contribui com a integração da sociedade. Uma sociedade que vem sendo construída a partir das modificações nas relações humanas e de trabalho exigidas pelo mundo moderno. “[...] Dizer que a educação é um ‘direito’ é o reconhecimento formal e expresso de que a educação é um interesse público a ser promovido pela lei” (TEIXEIRA, 2004, p. 60).

Nesta perspectiva, a sociedade somente poderá considerar-se democrática quando proporcionar aos cidadãos, com qualidade e igualdade, as oportunidades educativas necessárias a seu desenvolvimento.

Nessa seqüência de idéias, a escola é uma das instituições sociais que deverá assegurar a sobrevivência da sociedade humana; instituição intencional, obrigatória e necessária, com a função primordial, seja em nível primário, médio ou superior, de garantir à sociedade a estabilidade e eficiência indispensável à sua existência, sendo secundária a função de possibilitar que os indivíduos passem de uma classe social à seguinte, pois é através da escola que a sociedade transmite cultura, capacidades e aspirações, que a mantêm e a desenvolvem adequadamente (TEIXEIRA, 1999a).

Isso não acontece somente porque a escola ficou centrada na perpetuação de costumes, hábitos e idéias da sociedade, mas porque deve ser “[...] renovadora, consolidadora e retificadora dos costumes, hábitos e idéias que se vão introduzindo na sociedade pela implantação de novos meios de trabalho e novas formas de civilização” (TEIXEIRA, 1997, p. 85).

Assim, Anísio concebe a escola como um espaço em que a cultura é transmitida como estímulo à mudança, através da educação, como agente transformador e apto a contribuir para a reconstrução do sistema social. Mas para que essa escola se consolide, faz-se necessário buscar sua universalização, isto é, torná-la uma agência de educação comum, aberta a todos os cidadãos e para isso, precisa ser também obrigatória, gratuita e mantida pelo Estado.

A educação, como função social, é uma decorrência da vida em comunidade e participa do nível e da qualidade da própria vida em comum. É por este modo que adquirimos a língua, a religião e os nossos hábitos fundamentais. É por este modo que somos brasileiros, que somos de nossa classe, que somos afinal o que somos. A família, a classe, a religião são instituições educativas, transmissoras dos traços fundamentais de nossa cultura, e a elas ainda se juntam a vida social em geral e os grupos de trabalho e de recreio. (TEIXEIRA, 1954, p. 39).

Segundo Anísio, não seria indicado acreditar que é a educação que produz a civilização, porém ela deve ser vista em sua “[...] função normal e regular da vida das sociedades e não um instrumento especial que, como uma alavanca, lhes eleve o progresso a alturas predeterminadas”. A educação escolar, em especial a escola pública, precisa preparar os indivíduos para “[...] fazer de modo melhor, o que por contingência há de fazer” (TEIXEIRA, 1997, p. 85). Considera que a educação não deve afastar o homem das necessidades reais de seu meio para ensinar-lhe artes e processos ainda não existentes ou adaptáveis em sua vida cotidiana, pois tal educação provocaria novos problemas nos modos de organização social.

A escola elevada à condição de pública oferecerá uma educação direcionada aos interesses múltiplos e complexos dos indivíduos, sendo por excelência, a escola da comunidade sensível às necessidades dos grupos sociais, tornando-os capazes de cooperar, para a integração da comunidade (TEIXEIRA, 2004).

## **A Escola primária pública como um espaço de convivência e participação**

Sendo a escola primária a base da educação, pensava Anísio que o destino cultural de um povo dela dependia e por isso ninguém deveria ser privado de freqüentá-la sob qualquer pretexto. No entanto, enquanto escola comum a todos, não poderia ficar restrita à alfabetização ou à simples transmissão mecânica da leitura, da escrita e do cálculo.

Ensejava que esta escola, especialmente a pública, visasse à formação de hábitos de trabalho, de convivência social, de reflexão intelectual, de gosto (senso estético) e de consciência. Para tanto, deveria ser oferecida em tempo integral, em seis horas diárias, de seis anos e em dois ciclos: o elementar de quatro anos e o complementar de dois, com período letivo de 240 dias anuais. Assim, esperava que se elevasse o nível da educação de todos, a partir da escola primária obrigatória, gratuita, pública, mas, sobretudo, eficiente para a população (TEIXEIRA, 1999b).

Para ele, essa escola ensina nos primeiros anos de seu curso, as técnicas de ler, escrever e contar como algo isolado, separado do contexto social e prossegue ensinando outras técnicas, transmitindo informações sem, no entanto orientar para quê e como usá-las. Por esse motivo, a escola primária pública não consegue reter o aluno ao longo dos anos necessários a seu aprendizado mínimo indispensável e quando consegue, oferece uma formação tendenciosamente acadêmica, que atrai os indivíduos para as carreiras burocráticas e liberais (TEIXEIRA, 1997).

A escola pública brasileira sempre esteve reduzida a aparelho de seleção de uma elite semiletrada e parasitária que prejudica o desenvolvimento do país e não prepara os indivíduos para as diversas ocupações que caracterizam os meios de vida humana. A situação da escola primária, vigente em sua época, induziu Anísio a afirmar: “o mal brasileiro é a falta de escolas, mas também a própria escola existente” (TEIXEIRA, 1997, p. 81).

Ler, escrever e contar é necessário, mas não basta. A escola pública primária deveria ensinar a todos a viver melhor e promover o desenvolvimento individual, a partir de hábitos de vida saudável. Isto é, deveria ensinar também, os hábitos de leitura, de indagação e de reflexão crítica, para despertar nos jovens, o gosto pelo estudo e o desejo de buscar o conhecimento, garantindo às classes populares maior eficiência na manutenção de padrões mais razoáveis de vida tanto familiar quanto social (TEIXEIRA, 1997).

Em síntese, seria tarefa da escola pública primária, proporcionar ao indivíduo os meios adequados para participar plenamente, segundo suas capacidades naturais, da vida social e produtiva da sociedade. Para tanto, segundo Anísio, cinco anos de estudo representariam o mínimo aceitável e necessário de permanência escolar, para as crianças iniciarem os processos de aquisição da leitura, escrita e cálculo, mas também, para se familiarizarem com os aspectos fundamentais da civilização, que as tornariam aptas a participar, como colaboradoras, da vida coletiva.

A educação escolar de nível médio e superior sempre esteve a serviço da classe dominante para formar a chamada elite social, enquanto a escola primária buscava formar o cidadão comum, gente do povo; e é nela que se encontra a base para a formação democrática.

Na ótica de Anísio, a escola primária passou por duas deformações: uma de ordem social e outra pedagógica. Na primeira, conferiu à escola primária um caráter paternalista e a destinou à educação dos governados que deveriam obedecer e fazer, em oposição aos que iriam mandar e pensar, fazendo-a falhar em relação ao conceito democrático que deveria orientá-la como escola de formação do povo, isto é, do verdadeiro

soberano em uma democracia. Na segunda, coube à escola primária, copiar os modelos existentes, intelectualista e de preparação especializada, apenas quando a utilidade se fazia necessária para garantir a continuação dos estudos nos graus posteriores ao primário (TEIXEIRA, 2006).

Com essas deformações, a escola primária distancia-se dos objetivos da escola democrática, deixando de constituir-se como instituição de educação para todos, uma vez que não oferece às classes populares, os meios necessários à sua inserção e participação na sociedade. Por essa razão, Anísio propõe a renovação pedagógica da escola primária que viria

[...] para se fazer uma escola de formação humana, em que o indivíduo aprenda a afirmar a sua individualidade numa sociedade de classes abertas, em que a aptidão e o êxito lhe determinem o *status*, mais dependente de condições pessoais, do que propriamente de hierarquia social preestabelecida. (TEIXEIRA, 2006, p. 260).

Assim considerada, a escola primária deveria ser ministrada diretamente pela sociedade ou pela classe, uma vez que a escola democrática não se destina a oferecer uma educação suplementar e especializada, mas sim, a educação comum que antes a vida oferecia através da família, da classe e da participação na vida coletiva. Para tanto, seria necessário, como assinala o educador, que a escola democrática refizesse a educação, o que daria aos indivíduos os meios adequados para rever e integrar suas experiências, no sentido de torná-los inteligentes, atuantes e integrados em uma sociedade que é de todos e, ao mesmo tempo, para todos. Por isso mesmo é que o respeito e o interesse pelos outros se estenderiam além de grupos e classes sociais, suscitando nos indivíduos a idéia de que, antes de serem membro de uma família, de um grupo ou de uma classe social, são membros de sua comunidade, de seu país e de toda a humanidade (TEIXEIRA, 2006).

Baseando-se em Dewey e Kilpatrick, Anísio idealizou um novo tipo de escola chamando-a de progressiva, porque acreditava em seu desenvolvimento interno a partir das próprias forças em movimento. Tal como a educação, esta escola deveria estar em mudança permanente e em reconstrução constante, pois sua função consistia em orientar o homem para investigar e resolver seus problemas, além de prepará-lo para um futuro imprevisível, considerando o avanço acelerado da sociedade moderna (TEIXEIRA, 2000).

A criança entendida como origem e centro de toda a atividade escolar, precisa ser respeitada em sua personalidade, para crescer livre, pois na concepção de Anísio Teixeira, educar é crescer e crescer é viver. A reconstrução educacional deve ter como premissa essa liberdade e autonomia da criança. O ensino, quando baseado no princípio da liberdade leva em conta a intenção de aprender do estudante e não a intenção do professor em ensinar. Os interesses e propósitos da criança contribuem para a escolha das atividades que são organizadas em função de seu desenvolvimento. Aprende-se a partir de uma situação real de experiência, isto é, a aprendizagem deve ser organizada de modo que a criança encontre um ambiente social em que viva plenamente o saber, as atitudes, os ideais e as apreciações, pois se aprende através da prática (TEIXEIRA, 2000).

Anísio compreende que há um saber das coisas e um saber sobre as coisas. O saber sobre as coisas encontra-se na escola que produz a educação da elite. Essa escola permite que o aluno fale sobre as coisas, manifestando sua inteligência quando se mostra informado. Entretanto, o saber das coisas, leva ao fazer (e esta deve ser a escolha da escola primária pública que se pretende democrática). Seu programa baseia-se nas atividades escolares comuns, distribuídas de modo que a criança compreenda que o saber é um conjunto de conceitos e operações que visam ao atendimento das

necessidades de todos os membros da escola, para que esta possa se constituir como uma comunidade integrada e completa (TEIXEIRA, 2006).

A escola progressiva somente poderá existir se for uma escola de vida e de experiência. Nela, os alunos são ativos, os projetos são elaborados a partir de seus interesses compondo unidades do processo de aprendizagem e os professores, em harmonia com os estudantes, facilitam ou estimulam os processos de aprendizagem. Assim deveria ser a escola primária pública: um lugar de atividade, onde o aluno pudesse se educar e crescer. Crescer, no sentido de “[...] ganhar cada vez melhores e mais adequados meios de realizar a própria personalidade dentro do meio social onde vive” (TEIXEIRA, 2000, p. 49).

Assim, a escola primária pública como um lugar de vida comunitária, onde se estuda, se aprende, se trabalha, mas antes, transforma-se em espaço de convivência e participação, em busca de autonomia e de liberdade que faz dos indivíduos, cidadãos críticos e úteis ao aprimoramento da própria democracia.

### **Considerações Finais**

Analisando o pensamento de Anísio Teixeira é possível inferir que para ele, a sociedade democrática deve garantir aos seus membros os meios necessários à manutenção da vida pessoal e comunitária, permitindo a livre expressão do pensamento e a participação dos grupos humanos na busca de soluções para os problemas da coletividade. O que caracteriza a sociedade democrática são os modos como os indivíduos compartilham os benefícios gerados por ela, como também as diferenças culturais e históricas de cada indivíduo, pois estas não inviabilizam a igualdade de condições e de oportunidades proclamadas pelo direito, que é de cada um e é também de todos.

Nesse sentido, a igualdade de condições e de oportunidades deve tornar-se o princípio básico da democracia, e conseqüentemente, da educação, pois é através da prática educativa que a sociedade conquista a prática democrática. Cabe à escola, como uma das instituições sociais responsáveis por oferecer a educação aos cidadãos, organizar sua prática em bases que possam contribuir para a sustentação da sociedade democrática.

É necessário que a escola se disponha a colocar em prática o ideal democrático a partir da formação de atitudes também democráticas, isto é, deve promover a participação de todos os membros da comunidade escolar (professores, estudantes, administradores e familiares) na organização e no gerenciamento da própria instituição, para que possam compartilhar sentimentos e interesses comuns que levem, a partir da prática educativa, à prática da democracia.

A escola precisa formar o homem democrático, pois no entender de Anísio Teixeira, somente essa formação pode evitar a continuidade e o aprofundamento das desigualdades sociais tão presentes na sociedade brasileira de seu tempo e que permanecem ainda nos dias atuais. A possibilidade de participação dos cidadãos no contexto social, parte pelo desenvolvimento de suas capacidades, tanto em aspectos intelectuais quanto éticos. Isto se dá pela igualdade de oportunidades e pela garantia do direito à educação (de qualidade), até os níveis mais elevados do ensino.

É através da educação oferecida pela escola que a sociedade promove mudanças culturais, amplia suas possibilidades de progresso, se mantém e se desenvolve adequadamente. A escola, como espaço democrático, forma agentes preparados para contribuir com a transformação da sociedade. Essa escola proclamada por Anísio Teixeira é a escola pública: sensível, cooperativa e integrada à comunidade.

A escola primária pública, compreendida atualmente pelos cinco anos iniciais do ensino fundamental, tem no ideário desse educador especial destaque. Para Anísio, esta escola, como base da educação, deveria oportunizar a convivência coletiva, a reflexão intelectual e a consciência crítica, de modo a favorecer a inserção dos educandos em contextos mais amplos desde cedo, para proporcionar-lhes meios mais adequados de participação na vida social e produtiva da comunidade.

É na escola primária pública que se deve iniciar a formação democrática da sociedade. Para tanto, essa escola deveria passar por uma verdadeira renovação pedagógica, que promovesse a inteligência dos educandos, pela sua atuação livre e pelo respeito à sua personalidade.

O ensino baseado na liberdade e na autonomia deveria levar em conta os interesses e propósitos de professores, mas principalmente dos estudantes para que pudessem, a partir de suas próprias experiências, vivenciarem atitudes e conhecimentos necessários à vida em sociedade, pois só assim a escola primária pública se transformaria em um lugar onde a democracia seria vivenciada para então, ser aprimorada. Eis aí o seu desafio.

Em síntese, na concepção de Anísio Teixeira, as instituições educativas e especialmente a escola primária pública, devem centrar seus esforços na efetivação do ideal democrático, procurando formar atitudes fundamentais em todos os membros da comunidade escolar, de modo a torná-los aptos a participarem da vida social, tomando decisões em benefício da convivência coletiva, buscando construir com igualdade a dignidade humana.

## Referências

TEIXEIRA, Anísio. A crise educacional brasileira. In: \_\_\_\_\_. **A universidade e a liberdade humana**. Rio de Janeiro: MEC/Serviço de Documentação/Os Cadernos de Cultura, 1954. p. 39-76.

\_\_\_\_\_. **Educação para a democracia**: introdução à Administração Educacional. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1997.

\_\_\_\_\_. **Educação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1999a.

\_\_\_\_\_. **Educação não é privilégio**. 6. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1999b.

\_\_\_\_\_. **Pequena Introdução à Filosofia da Educação**: A Escola Progressiva ou a transformação da escola. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação é um direito**. 3. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2004.

\_\_\_\_\_. **Educação e o Mundo Moderno**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2006.